

X REUNIÃO CIENTÍFICA DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA.

DISCURSO DE ABERTURA PRONUNCIADO PELO DR. JOSÉ TARGINO MARANHÃO,
GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, SOB O TÍTULO: **PATRIMÔNIO CULTURAL – UM
BEM A SER PRESERVADO**

Minhas senhoras, meus senhores.

É por demais gratificante a um governante tratar da cultura, da origem e da evolução e, em geral, do fazer de um povo; assuntos estes que, ao longo do tempo e em lugares diferentes, estiveram reunidos e inteirados com o meio ambiente e se constituíram num passo decisivo para o desenvolvimento da cultura de um povo.

Penso assim não somente como governante que sou, pela segunda vez, por vontade da maioria dos paraibanos, mas também como cidadão.

Neste momento em particular, para ser fiel ao meu passado parlamentar, volto à constituinte de 1998, ao lado do valoroso companheiro, então deputado pelo Estado de Minas Gerais e hoje ilustre Secretário do Patrimônio do Ministério da Cultura do Brasil, Octávio Elísio. Naquele tempo, compreendíamos e já definíamos o patrimônio cultural brasileiro como sendo: “os bens de natureza material e imaterial, tombados individualmente ou em conjunto, portadores de referências à identidade, à ação, à memória dos

diferentes grupos formadores da sociedade brasileira..." Incluindo-se, entre outros, os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, artístico, paisagístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico".

Assim reza a constituição do Brasil em seu capítulo 3, art. 216.

E é, com esta postura, que tenho pautado as ações do meu governo, no que diz respeito à uma política voltada à defesa da preservação necessária do patrimônio histórico, artístico, arqueológico e natural da Paraíba.

Não tem sido tarefa fácil, aos governantes, a de conciliar o desenvolvimento contemporâneo sem permitir o comprometimento das gerações futuras, impedindo a degradação ambiental, através de uma política de conscientização, para tornar a vida das cidades mais agradáveis.

Na Paraíba, temos trabalhado com a expansão dos espaços verdes e abertos, a exemplo da recente criação do Jardim Botânico da Paraíba, encravado na reserva do Buraquinho, que é considerada uma das maiores franjas de Mata Atlântica existentes em área urbana do Brasil. E, ainda recentemente, em parceria com o Ministério do Meio-Ambiente, realizamos na cidade de Sousa o primeiro congresso de municipalização do meio ambiente, que contou com a maciça participação da classe política, das universidades e das escolas públicas e privadas. Oportunidade que ensejou a discussão e inclusão, no currículo escolar, de temas ligados ao meio ambiente, enfatizando a costumeira prática de resistir, a queima, a destruição da natureza.

Apesar dos obstáculos, que teimam em ainda acontecer, nossa capital, João Pessoa, se mantém como a de maior área verde por habitante e, isto, considerando – se apenas o verde das praças e avenidas.

A cidade chega também a apresentar uma densidade de 18,5 metros quadrados de verde por habitante, um índice que ultrapassa as recomendações internacionais e que se amplia, quando somado aos 477 da nossa reserva florestal do Buraquinho, aos 45 hectares do Parque Arruda Câmara, aos 280 de verde do vale ribeirinho do rio Jaguaribe, e as áreas de encostas de mangues.

Somando-se todo este patrimônio ecológico, conseguimos alcançar um índice de 54,7 metros quadrados por habitante, o que se constitui numa referência ímpar no país. Não foi sem motivo que a eco-92 apresentou João Pessoa como uma das cidades mais verdes do mundo.

Em linhas gerais, estas são as ações que têm norteado o governo da Paraíba.

Através da formulação de uma política cultural, coordenada pela Secretaria da Educação e Cultura, o governo tem procurado integrar perfeitamente a educação e a cultura, objetivando colher frutos para melhoria das condições da cidade e da população, não só dos centros urbanos maiores,

mas de todo estado. Cumprindo, deste modo, o que estabelece o plano auto-sustentável do Governo.

Em execução desde o primeiro ano do nosso primeiro Governo, as suas várias ações têm sido desenvolvidas a partir de um plano estadual de cultura, elaborado em conjunto pelo Conselho Estadual de Cultura, Sub-Secretaria da Cultura, Fundação Espaço Cultural, Fundação Casa de José Américo, Fundação Ernani Sátiro, da cidade de Patos, e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba - IPHAEP. Cada um destes órgãos vem desenvolvendo suas ações em perfeita sintonia com o plano central do Governo nessa área. No que diz respeito ao tema desse conclave, "arqueologia e preservação do meio ambiente, o IPHAEP, órgão de regime especial, é responsável pela preservação, cadastramento e tombamento dos bens culturais, artísticos, históricos e ecológicos do Estado da Paraíba. Devo destacar que o IPHAEP já existe há 28 anos, mas nem sempre cumpriu os objetivos legais para o qual foi criado. Hoje, desenvolve o importante papel de planejar, coordenar, inventariar, estabelecer normas e também preservar os monumentos, documentos, objetos de valor histórico, artístico, arqueológico, folclórico e artesanal, bem como sítios e locais de interesse turístico, ecológico e paisagístico do Estado.

Ao assumirmos o governo, procuramos dar ênfase ao funcionamento normal das ações do IPHAEP, nomeando e instalando o Conselho de Proteção dos Bens Históricos Culturais, o CONPEC, órgão independente e com poder de polícia, para garantir que a depredação do nosso patrimônio cultural não continuasse, evitando sua destruição.

Tiramos o órgão das páginas policiais, dos escândalos, e passamos a exercer uma política de conscientização das práticas de preservação e proteção dos bens culturais.

Nesse sentido, em novembro de 1998, realizamos o primeiro encontro estadual pela preservação dos bens culturais, com a participação dos municípios, das universidades, das escolas e do ministério público.

E já neste ano de 1999, a partir de fevereiro, o IPHAEP implantou o programa de interiorização de suas ações, reunindo o conselho de proteção do patrimônio em várias cidades do interior, a exemplo de Areia, Pilar e Araruna, para realizar um trabalho em parceria com as autoridades municipais, ministério público e escolas e despertar as comunidades locais para a importância da preservação da riqueza patrimonial do estado.

Devo ressaltar, ainda, a retomada dos entendimentos do convênio de recuperação técnica envolvendo os governos do Brasil, através do IPHAN e Ministério da Cultura, Governo do Estado da Paraíba, e da Espanha, através da

Agência Espanhola de Cooperação Internacional, objetivando a realização da recuperação e revitalização do centro histórico de João Pessoa.

Esta tarefa vem sendo executada através da comissão permanente de revitalização do centro histórico de João Pessoa e do IPHAEP, que recentemente contratou os serviços da TCBR – tecnologia – consultoria brasileira, para execução da avaliação sócio econômica do projeto de revitalização do centro histórico, compreendendo o Varadouro, o antigo Porto do Capim e a segunda etapa da igreja de São Frei Pedro Gonçalves.

No caso da igreja de São Pedro Gonçalves, a primeira parte da recuperação foi totalmente concluída pelo governo do estado em convênio com o Minc.

Enquanto que para a intervenção no largo de São Francisco, bem como a revitalização da faixa de domínio da CBTU, a conclusão de estudos, ora em andamento, levam o governo à aditar recursos de um milhão de dólares. Recursos estes já disponíveis no contrato entre o Banco do Nordeste e o Governo do Estado, através do PRODETUR, e que deve ser concretizado no final do próximo mês de outubro.

A partir daí, a Paraíba entrará em definitivo no roteiro turístico cultural de boa qualidade, gerando crescimento econômico, com implicações importantes para a proteção e usufruto partilhado do patrimônio cultural. e nos sentimos orgulhosos da Paraíba já ter entrado no roteiro de estudo dos arqueólogos e paleontólogos de todo o mundo.

Tudo isto, por conta das riquezas dos nossos sítios, dos nossos monumentos e da nossa diversidade artístico-cultural.

O HOMEM PRÉ-HISTÓRICO DA PARAÍBA

A presença do homem pré-histórico já foi assinalada em diferentes regiões do nordeste do Brasil.

No caso específico da Paraíba, pelas pesquisas realizadas nos últimos 20 anos, pela devotada arqueóloga Gabriela Martin Ávila.

Sabe-se, das antecipações bibliográficas, já anunciadas pela capitaneada de uma figura rupestre no Brasil, quando o capitão mor Feliciano Coelho de Carvalho, assinalou junto a um rio Arasoagipe, gravuras que descreveu como cruzeiros, caveiras e desenhos de rosas e molduras, registradas nos diálogos das grandezas do Brasil de Brândão. Ainda na Paraíba Elias Herckman, a serviço do Governo da Holanda, chegou à Paraíba em 1641, relatando ter visto inscrições nos rochedos.

No estudo seqüencial, sobre a Paraíba, coube a professora Gabriela

resgatar o manuscrito intitulado “Indícios de uma Civilização Antiquíssima”, de autoria de José de Azevedo Dantas, no Rio Grande do Norte, autodidata de grande intuição e amor à ciência, que copiou incansavelmente pinturas e gravuras rupestres pré-históricas, reunindo-as em documento precioso de 200 páginas que reproduz fielmente a riqueza rupestre do Seridó paraibano e potiguar. Esses originais do valioso documento permaneceram inéditos até 1994, guardado no Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, em João Pessoa, quando foi publicado pelo conselho estadual de cultura.

Merece destacar, que em território paraibano, no meio do riacho Ingá de bacamarte, perto da sede do município de Ingá, encontra-se a Itacoatiara de Ingá, sem dúvida a mais famosa gravura rupestre do Brasil, muito admirada pela riqueza e complexidade dos seus grafismos.

Situada numa série de blocos de gneis que estrangula o rio, formando pequenas cascatas e reservatórios d’água, um enorme bloco de 24 metros de largura e por três de altura, divide o rio em dois braços. Os desenhos foram realizados seguindo – se uma linha contínua e uniforme esculpida na rocha. Nenhuma inscrição rupestre do Brasil foi assunto de tanto interesse para eruditos e estudiosos como a notável Itacoatiara do Ingá. A beleza e a complexidade dos seus grafismos, foi também um enorme atrativo para charlatões e inventores de falsos significados, com origens longínquas, sejam elas européias, orientais ou transpácificas, pretendendo tirar-se o mérito e o reconhecimento da obra dos nossos imaginativos e laboriosos indígenas nordestinos. Houve também explicações lógicas, embora de difícil demonstração, como a que considera a inscrição de Ingá um calendário solar ou um sistema de contagem.

Tomando como epicentro a Pedra do Ingá e traçando-se uma circunferência imaginária com um raio de 50 quilômetros, aproximadamente, e depois seguindo-se, de preferência, as bacias hidrográficas, constata – se a existência de numerosas gravuras na beira dos rios, com grafismos muito parecidos e às vezes iguais, aos da Pedra do Ingá. Essa evidência nos leva a formular a hipótese da existência de uma tradição de Itacoatiaras na Paraíba, que chamamos de tradição Ingá. Essas gravuras seriam obra de grupos étnicos pré-históricos que rendiam culto às águas e que se espalharam, também, por Pernambuco e pelo Rio Grande do Norte.

Com o avanço das pesquisas nessa área não podemos desconhecer que a arte rupestre do Nordeste é uma das mais ricas do mundo. E aqui, quero destacar o projeto da Fundação Museu do Homem Americano em São Raimundo Nonato no Piauí, que tem a frente as arqueólogas Niède Guidon e Anne-Marie Pessis, que nos inspira a acreditar que a Paraíba também faz parte desse complexo arqueológico e por esta razão, que nosso empenho em investir nessas atividades

provará, no futuro que estamos hoje no caminho certo na busca de uma identidade de ancestralidade americana a partir do Nordeste.

Na Paraíba já temos indícios, como é o caso recentemente comprovado, no município de Vieirópolis, no sertão da Paraíba, que assinala a existência de humanos com datação de sete mil anos, possivelmente, a presença do elemento europeu interrompeu uma civilização que estava em franca evolução. Daí no momento em que chegamos aos 500 anos dos descobrimentos do Brasil, as reflexões sobre esse passado possam contribuir na busca de uma identidade cujas heranças permanecem apenas na eloquência desses registros de um passado distante que nos obriga a preservá-los, já que seus agentes deixaram nas rochas e nos seus objetos a sua própria vida.

A honra que nos foi dada, para abrir essa conferência, convoca a Paraíba e o meu governo no compromisso de nos juntarmos às instituições de pesquisa e ensino do Nordeste para que essa união venha fortalecer o interesse que científico que nasceu por ocasião da VII Reunião Científica de Arqueologia Brasileira, realizada em João Pessoa, em 1993, sob os auspícios da Fundação Casa de José Américo, com apoio da Universidade Federal da Paraíba.

A Paraíba a partir daquele encontro, a casa de José Américo, passou a desenvolver pesquisas e registros de sítios arqueológicos, integrada com outros órgãos do gênero no Brasil.

Os órgãos estaduais responsáveis por essas tarefas estão cumprindo suas missões.

Hoje na Paraíba estamos realizando de forma prática algumas ações que permitem o cadastramento e o tombamento desse patrimônio que não pertence só a Paraíba, mas ao povo brasileiro.

Para encerrar parabenizo os organizadores dessa importante reunião científica. Estendo meus elogios à Pós-Graduação em História e Arqueologia dessa conceituada Universidade Federal de Pernambuco pelas homenagens, justas e merecidas prestadas hoje ao professor e historiador brasileiro Armando Souto Maior, mestre de todos nós. Muito obrigado.

Recife, 20 de setembro de 1999.